

PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA DE GEOGRAFIA

(UFPE)

www.ufpe.br/revistageografia

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

GEOGRAFIA POLITICA ELEITORAL CABO-VERDIANA: MUDANÇA E CONTINUIDADE (1991-2011)

Alex Jaison Barbosa Andrade¹; Veiga, C.², Carvalho, J. N.³

¹Licenciado em Geografia, Investigador no Depto C & T da UNICV. Email: pabloo96@hotmail.com

² Licenciado em Geografia, Investigador no Depto C & T da UNICV

³ Mestrado, Docente/Investigador no Depto C & T da UNICV

Artigo recebido em 14/11/2011 e aceito em 02/09/2012

RESUMO

Neste artigo, analisamos as dinâmicas das eleições legislativas Cabo-verdiana, após a democratização e a conquista do direito a voto (1991). Fundamenta-se na teoria que considera o contexto geográfico como determinante de padrões de voto. Os partidos políticos, enquanto atores sociais, possuem lógicas e espectros ideológicos distintos, repercutindo na sua actuação política e estratégia eleitoral. Assim, examinando os resultados das eleições legislativas (1991-2011), procuramos os determinantes geográficos na geografia política eleitoral Cabo-verdiana, localizando e contextualizando os momentos de continuidade e mudança, identificando os protagonistas. Propomos um modelo de trabalho em que o conhecimento dos mecanismos tenha prioridade, isso permitirá a formulação de hipóteses que os estudos empíricos justificarão ou desacreditarão. No desenvolvimento da problemática, recorreremos a modelos estatísticos matemáticos comumente utilizados na determinação dos parâmetros e índices nos estudos eleitorais. No tratamento dos dados absolutos, confrontaremos com situações de carácter socioeconómico, demográfico e cultural, procurando inferir conjunturas e as possibilidades do alargamento da problemática da geografia política eleitoral na jovem república democrática cabo-verdiana.

Palavras-chave: Geografia Política eleitoral; Dinâmicas Territoriais, Matrizes Ideológicas, Mudança e Continuidade.

GEOGRAPHY ELECTORAL POLITICS CAPE VERDE: CHANGE AND CONTINUITY (1991-2011)

ABSTRACT

In this article, we analyze the dynamics of parliamentary elections Cape Verdean, democratization and after winning the right to vote (1991). It is based on the theory that considers the geographic context as a determinant of voting patterns. Political parties, as social actors, have logical and ideological spectra distinct effects on their political activity and electoral strategy. Thus, examining the results of the legislative elections (1991-2011), looking at the determinants geographic geography electoral politics Cape Verdean, locating and contextualizing the moments of continuity and change, identifying the protagonists. We propose a working model in which knowledge of the mechanisms have priority, this will allow the formulation of hypotheses to empirical studies justify or withdrawal. In developing the problem, we resort to mathematical statistical models commonly used in the determination of the parameters and indices in electoral studies. In the treatment of absolute data, confront situations of socio-economic, demographic and cultural situations and looking infer the possibilities of extending the problem of political geography in electoral young democratic republic Cape Verdean.

Keywords: Political Geography electoral Territorial Dynamics, Dies Ideological, Change and Continuity.

INTRODUÇÃO

A geografia tem um papel importante na leitura dos territórios dos estados nacionais, porque essa disciplina tem a peculiaridade de estudar a totalidade, tendo consciência que esta é produto das subtotalidades articuladas que dão a dimensão dialéctica da formação económica e social, base de sustentação do modo de produção vigente em cada localidade. Partindo destes pressupostos que dão suporte as estruturas organizacionais dos Estados nacionais, resolvemos buscar subsídios que ajudem a construir a geografia eleitoral cabo-verdiana, através da análise do sistema eleitoral cabo-verdiano. Dai o interesse em conhecer através da geografia política e eleitoral como tem ocorrido, organizado e realizado os pleitos eleitorais na nação cabo-verdiana. A geografia política tem estudado as acções públicas procurando analisar as intervenções via as políticas de planeamento e ordenamento territorial, nas diversas escalas de análise e os reflexos destas na produção do espaço geográfico. Assim, propomos averiguar em que medida ocorrem momentos de continuidade e mudança na geografia política eleitoral cabo-verdiana. A análise da geografia política eleitoral cabo-verdiana será centrada no debate sobre continuidade ou mudança na política

eleitoral, para a qual escolhemos como recorte temporal as últimas duas décadas (1991-2011).

OBJECTIVOS E PROBLEMA DE PESQUISA

O objectivo geral deste artigo é analisar as dinâmicas eleitorais em Cabo Verde (1991 a 2011). Os objectivos específicos são: discutir o espectro ideológico dos partidos políticos, cartografar os pleitos eleitorais, determinar os padrões eleitorais e os determinantes geográficos do voto, demarcando quais são os elementos de continuidade e mudança na geografia política eleitoral cabo-verdiana. Traçamos algumas questões de investigação: Qual o impacto do sistema eleitoral no sistema partidário? A geografia do voto, pode ser considerado como uma forma de expressão de identidades territoriais? Como se deu a adesão abstenção e votação nos pleitos eleitorais de 1991-2011? A partir das perguntas levantadas, formulamos as seguintes teses: a forma como foi feita a transição do regime de partido único para multipartidarismo, condicionou a o sistema eleitoral no novo regime; a elevada taxa de abstenção a nível nacional constitui um forte indício do que uma parte do eleitorado não se revê nas políticas dos principais partidos políticos.

METODOLOGIA

A metodologia incidirá numa perspectiva qualitativa e quantitativa. Para a realização do presente trabalho e consequente alcance dos objectivos foram efectuadas diversas etapas, nomeadamente, junto às fontes bibliográficas, no tratamento e tabulação dos dados produção de tabelas e gráficos utilizando-nos do *software Microsoft Excel*. Avalia-se a densidade e a coerência dos dados, como também a solidez dos documentos colectados, conjecturando seleccionar dados vigorosos de acordo com o objectivo do trabalho. Após colecta dos dados, estes serão submetidos ao processo computacional para que sejam trabalhados para produção de cartografias temáticas, a confecção dos mapas temáticos, por outro lado, quanto a análise dos dados, fizemos uso do *software ArcGIS 9.x* (desenvolvido pela ESRI).¹ Para o mapeamento foi utilizado a base cartográfica de Cabo Verde cuja unidade espacial é a ilha, em versão digital georreferenciada (disponibilizado pelo UC-CP²). A cartografia automática tem como objectivo principal permitir a análise, e a cartografia

¹Cf. ESRI. ArcView GIS, 3.2 (2000): *software* do tipo *Geographic Information System*. *Environmental Systems Research Institute*.

² Cf. Unidade de Coordenação de Cadastro Predial (2010): Ministério de Ambiente e Ordenamento do Território de Cabo Verde.

dos dados geográficos possibilitam a análise dos acontecimentos por diferentes formas estatísticas agregados em unidades geográficas básicas. As escalas, o mapear, escala cartográfica, é procedimento próprio da geografia. Utilizar a cartografia como recurso de interpretação é utilizá-la não apenas como uma técnica, mas, como um método; uma vez que pode relevar as relações de produções sociais e espaciais inerentes ao conhecimento geográfico. (Barros, 2010)

REFERENCIAL TEÓRICO

Definindo os conceitos

O conceito do território é considerado por vários autores como central para o estudo geográficos. Uma das definições mais frequentes é aquela onde o território aparece como uma área de um estado fixando os limites político-administrativo da sua actuação soberana. Neste trabalho investigamos, contudo, trabalhar com a concepção de “território usado” (Santos, 2006). Nessa direcção, o componente territorial supõe uma instrumentação do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis; e de outro lado, uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja adequada. (Santos, 2000). Nestas condições, prossegue o

autor, deve-se falar de um modelo cívico-territorial, a organização e a gestão do espaço, tendente à atribuição de justiça social para a totalidade da população. O território é o espaço político por excelência, é o resultado de uma acção conduzida por um actor em qualquer nível. Quando procuramos entender a dinâmica política pela reforma do território e seu uso, estamos preocupados com a questão da totalidade. O valor da variável não é função dela própria, mas do seu papel no interior do conjunto. (Santos, 2000). Neste artigo, os partidos são considerados como agrupamentos de pessoas que comungam as mesmas ideias básicas quanto ao futuro da nação. Esse ideário só é válido se as grandes problemáticas nacionais aparecem como um sistema coerente (Santos, 2000). Os sistemas eleitorais são definidos como mecanismos responsáveis pela transformação dos votos dados pelos eleitores em mandatos para os seus representantes. (Nicolau, 1991 e 1999 apud Costa, 2003) Um sistema partidário pode ser entendido como um conjunto de partidos que interagem, competindo, de forma estável entre si, observando regras estabelecidas e reconhecidas, capazes de gerar regularidade na forma de competição e continuidade dos componentes que formam o sistema (Sartori, 1982; Mainwaring, 1999 apud Costa, 2003).

A Problemática da Geografia Política Eleitoral Cabo-verdiana

A maneira como foi decidido instituir a transição do regime de partido único para o regime multipartidário³, nos auxilia a entender, em Cabo Verde actual, em matéria de Geografia Política Eleitoral, desde a organização dos partidos, à legislação eleitoral, desde a proporcionalidade da representação às modalidades de representação. A configuração de um sistema bipartidário⁴, polarizado ideologicamente resultante de cinco eleições legislativas do período democrático, expressada em dois mandatos a favor do MPD (cf. gráfico. 1) e três mandatos para o PAICV (cf. gráfico. 1), tem sido causa de muita polémica e contestação pelos pequenos partidos. O alvo das desaprovações e propostas para alteração tem sido o sistema eleitoral⁵

³ Sobre a teoria das transições para a democracia e a sua aplicação em Cabo Verde, cf. ÉVORA R. (2004): *A Abertura política e a transição para a democracia*, Praia e COSTA, D. (2003): *Sistema Eleitoral e Sistema Partidário Cabo-verdiano (1991-2001) Com um olhar sobre o Mundo*, Praia *Direito e Cidadania*, nº16 e 17.

⁴ “Os sistemas bipartidários são dominados por dois grandes partidos, embora possa haver alguns pequenos partidos no parlamento” (Lijhart, 2003:90 apud Costa, 2003).

⁵ A partir de Rae (1967) apud Costa (2003) tem-se enfatizado três aspectos dos sistemas eleitorais que são considerados como parâmetros cruciais para as relações de competição entre os partidos e para a consequente configuração dos sistemas das democracias contemporâneas. Esses parâmetros

vigente, e a modalidade de financiamento dos partidos políticos por parte do Estado. Três grandes eventos são tidos como marcantes na vida política cabo-verdiana e tem sido continuamente reinterpretados em função das mudanças nas estratégias dos diferentes agentes engajados no jogo político: a Independência Nacional em 05 de Julho de 1975, o golpe de Estado na Guiné Bissau que em Novembro de 1980, levou à ruptura da unidade Guiné-Cabo Verde e, em Fevereiro de 1990, a Abertura Política⁶ que marca o fim do regime monopartidário. (Anjos, 2002). Os sistemas políticos eleitoral enquanto estrutura de poder proporcionam determinados possibilidades de uso do território. O território é constituído pelos agentes sociais com interesses diversos com projectos de sociedades antagónicas, muitas vezes opostas, as diferentes intencionalidades implicam em construções de modelos de mundo muito distintos e conseqüentemente distintas formações socioespaciais. (Toledo, 2007). Assim, podemos declarar que o estudo da diferenciação geográfica de votos⁷ é um

são: a fórmula eleitoral, a estrutura da cédula e a magnitude do círculo eleitoral.

⁶ Sobre os detalhes do processo de Abertura Política, cf. LIMA, L. (1992): *Reforma Política em Cabo Verde, Do Paternalismo à Modernização do Estado, Praia*.

⁷ **Clientelismo** – o movimento que confunde o acto de votar com a afinidade pessoal. **Populismo** - tem

importante elemento não somente para conhecer a diferenciação sócio espacial mas também para o entendimento das diferentes correlações de poder nas diversas partes do território nacional. Nesta orientação, na procura de cartografar os processos eleitorais, tem-se destacado três parâmetros: a fórmula eleitoral, a estrutura da cédula e a magnitude do círculo eleitoral. (Rae, 1967 apud Costa, 2003). Sobre a organização do colégio eleitoral, o território nacional divide-se para efeitos de eleições dos deputados à Assembleia Nacional, em círculos eleitorais. Os círculos eleitorais no território nacional correspondem às ilhas, salvo quanto à ilha de Santiago que se divide em dois⁸. Em relação à fórmula eleitoral, para a eleição dos deputados utiliza-se o sistema de representação proporcional, que funciona com muitas distorções, estabelecendo barreiras elevadas na esmagadora maioria dos círculos eleitorais. A fórmula D'Hondt penaliza os pequenos partidos em Cabo Verde que têm obtido votos dispersos

por base agradar ao eleitor pelas mais diversas maneiras, com promessas de mudanças, sectoriais ou localizadas. **Siglismo** - forma de canalização das energias intelectuais de toda a população, para atingir primeiro aos que já estão intelectualmente dispostos a logo arrastar outros e outros, numa mesma corrente. (Santos, 2000:72-73)

⁸ Constituição da República de Cabo Verde, revista em 2010, Artigo 406.

pelos círculos eleitorais. (Costa, 2003). Quanto a estrutura da cédula, usa-se o sistema de lista fechada na definição de candidaturas. Os partidos definem previamente o ordenamento dos candidatos. A liderança partidária nacional em Cabo Verde, devido à forte disciplina e hierarquia partidária⁹, tem-se mostrado como o principal actor na selecção dos candidatos para as eleições.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Continuidade e mudança

Em Cabo Verde existem actualmente sete partidos políticos dos quais tres, tem assento parlamentar (PAICV, MPD e UCID). O PAICV, é desde 2001, o maior partido. A democracia cabo-verdiana é estruturada essencialmente a volta desses partidos acima referidos. Todavia, o sistema partidário vem denotando um certo dinamismo, designadamente através de cisões (MPD: 1994 e 2000, dando lugar ao PCD e ao PRD), sinais de eventuais recomposições (Coligação PCD/PRD,

⁹ O MPD, devido a divergências de pontos de vista político e a lutas por liderança interna já sofreu duas cisões em função da aplicação das regras disciplinares contidas no estatuto do partido. Em 1993 e 2000, dissidentes foram expulsos do partido porque denunciaram, publicamente, alguns casos de falta de transparência por parte do governo MPD (Costa, 2003).

reabsorção de dissidentes pelo MPD) (Lima, 2007). A Assembleia Nacional é composta por setenta e dois membros. Quando se interpreta esta declaração surgem perguntas tais como: de que maneira estes deputados foram eleitos? Quais são os principais partidos políticos? Quais são os seus principais redutos eleitorais? Quais seus interesses? Qual o seu nível de implantação? Qual o seu nível de regionalização/implantação?

Em 1991, o PAICV viu-se constringido a recorrer a eleições, sob a bandeira do pluralismo, para suster a erosão total da sua base de legitimação democrática. (Silveira, 1998)¹⁰.

Os dados do gráfico nº 1, permitem tirar algumas ilações sobre os processos de continuidade e mudança na geografia eleitoral cabo-verdiana, considerando as cinco eleições já realizadas. Entretanto, podemos constatar que o MPD e o PAICV. Durante o seu primeiro mandato, de 1991 e 1995, a maioria parlamentar do MPD promulgou a Constituição de 1992¹¹. Apos

¹⁰ Cf. ONÉSIMO S. (1998): “Cabo Verde: Do Partido Estado ao Partido Governo”, *Direito e Cidadania*, Praia, I, Março/Junho Nº 3.

¹¹ Sobre os detalhes do processo que conduziu a aprovação da constituição de 1992, cf. ARISTIDES L. (2007): A Constituição do Estado de Direito

alcançar dois mandatos consecutivos, o MPD perdeu as eleições em 2001, sob forte contestação à forma de gestão macro-económica imposta no país. A dinâmica económica e social do segundo mandato corresponde a uma diligente política de partidarização e de clientilismo. O MPD revela um comportamento e uma praxis de Partido do Estado. (Silveira, 1998). Nas eleições legislativas de 2006, o PAICV, alcança a maioria absoluta, ao registar valores absolutos de 52,3%, enquanto o MPD, foi o segundo partido mais votado, com 44,02%. Nas legislativas de 2011, o PAICV, consegue o terceiro mandato consecutivo, ao registar nas urnas, 52,22% das preferencias eleitorais, enquanto o MPD, registou 42,39%. Neste decurso, os partidos políticos desempenharam um papel fundamental. Os partidos políticos cabo-verdianos são relativamente débeis no cumprimento das suas funções substantivas, por razões estruturais e financeiras. No entanto graças à sua acção, o país, que ascendeu à democracia liberal em 1990-1991, já conheceu duas alternancias de poder (Lima, 2007).

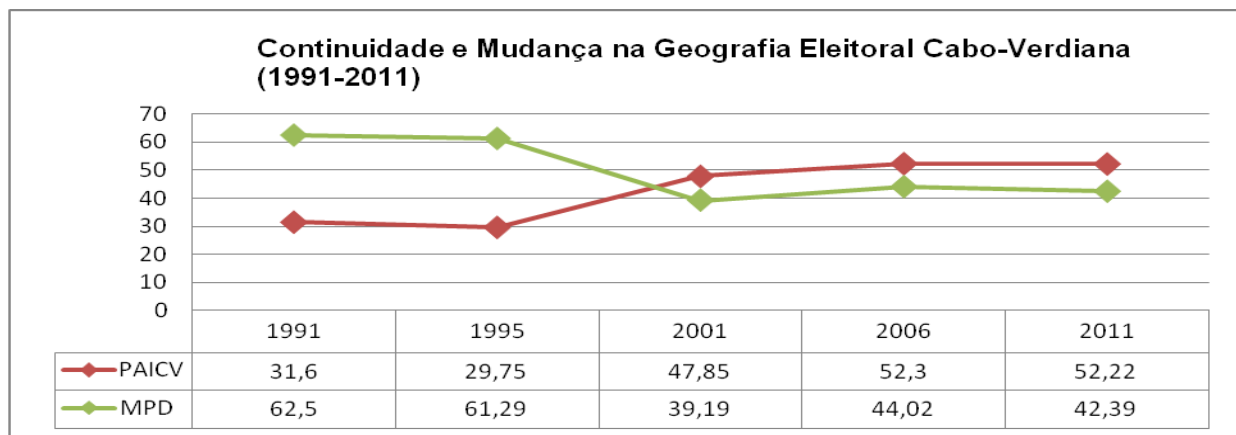
Nível de implantação dos partidos políticos

Democrático, Praia, *Direito e Cidadania*, VIII, Numero Especial.

Quanto ao nível de implantação dos partidos políticos em 2011, podemos afirmar a partir da análise dos mapas nº 1 a 5, que apenas o PAICV(cf. Mapa nº 2) e o MPD (cf. Mapa 1) estão bem representados em todos os circulos eleitorais, enquanto os restantes partidos políticos, estão regionalmente circunscritos. A UCID (cf. Mapa nº 5) e PTS (cf. Mapa nº 3), concentra-se essencialmente nas ilhas de S. Vicente e S. Antão, por outro lado, o PSD (cf. Mapa 4), essencialmente na ilha da Santiago, cidade da Praia.

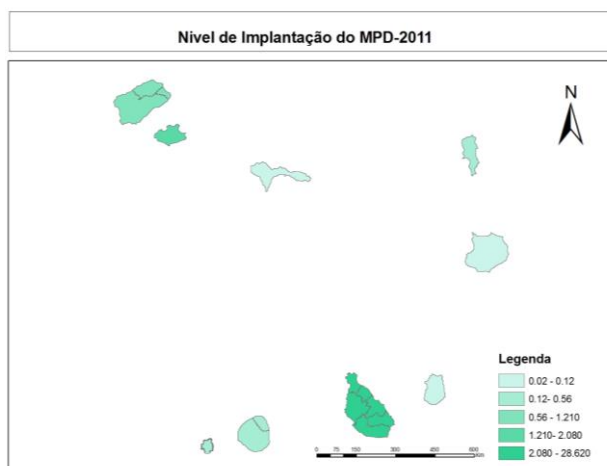
Neste caso, destaca-se a UCID (cf. Mapa nº 5) que, desde 2006, tem concorrido em todos os círculos eleitorais. O nível de concentração de votos que a UCID tem alcançado nos dois maiores círculos eleitorais do país, nomeadamente, Praia e S. Vicente, não lhe tem permitido eleger mais do que dois deputados. O PTS (cf. Mapa nº 3) surgiu em 2001, reivindica a ocupação de um espaço alternativo no espectro político e uma governação mais atenta as demandas sociais das classes trabalhadoras.

Gráfico nº 1- Continuidade e mudança.

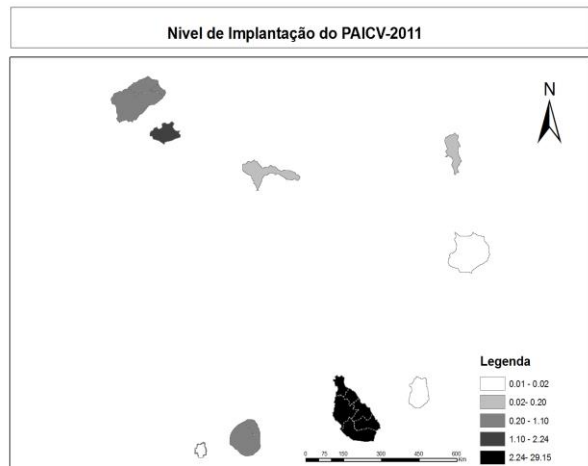


Fonte: B.O, n. 3, suplemento, 25/01/1991, n. 52, I, 27/12/1995, n. 2, Suplemento, 22/01/2001.

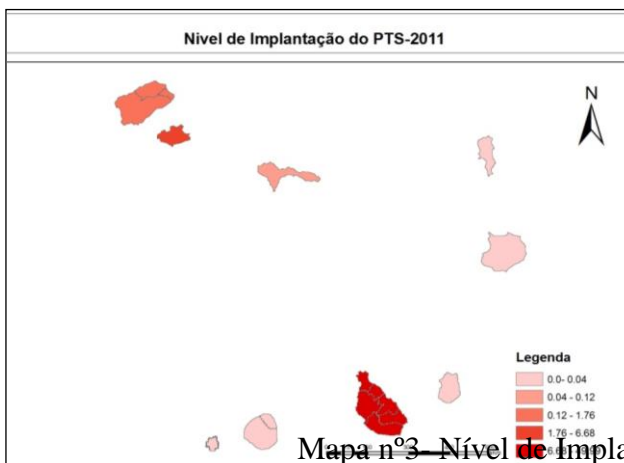
Mapa nº1- Nível de Implantação do MPD, 2011



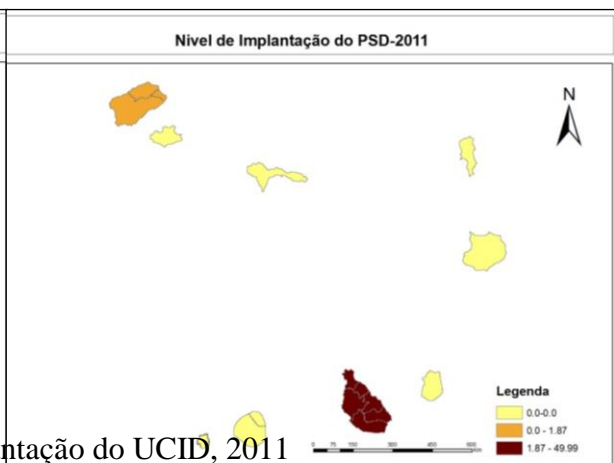
Mapa nº2- Nível de Implantação do PAICV, 2011



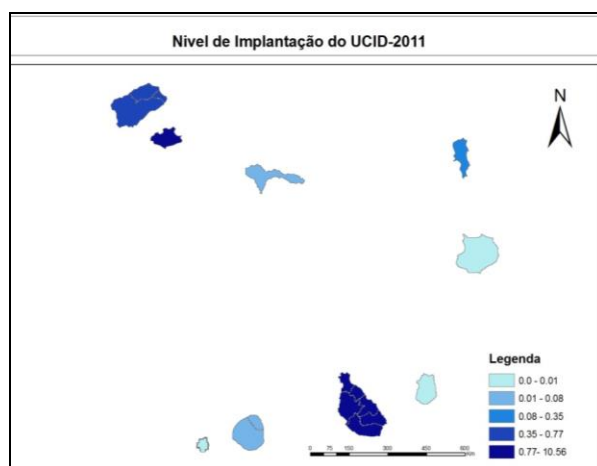
Mapa nº3- Nível de Implantação do PTS, 2011



Mapa nº3- Nível de Implantação do PSD, 2011



Mapa nº3- Nível de Implantação do UCID, 2011



Índice de regionalização

Este índice mede até que ponto um partido político pode ser considerado regionalista ou de carácter nacionalista, ou seja, mede a concentração e a dispersão dos votos no espaço. O valor deste índice varia num intervalo de 0 a 1, quanto mais perto de 0 estiver o partido é considerado regionalista e quanto mais próximo de 1 estiver o partido é considerado nacionalista. A partir da análise da tabela nº podemos concluir que o partido mais Nacionalista é o PAICV seguido de perto pelo MPD. Nos debates políticos na cena nacional tem-se enquadrado a UCID dentro do grupo dos partidos regionalistas, isto é, não conseguem competir todos os círculos eleitorais do território nacional, utilizando o índice de regionalização mostrado efectivamente que a UCID é um partido de carácter

regionalista, seguido por PTS ambos com reduzido no círculo eleitoral de S. Vicente.

A Geografia da participação e Abstenção

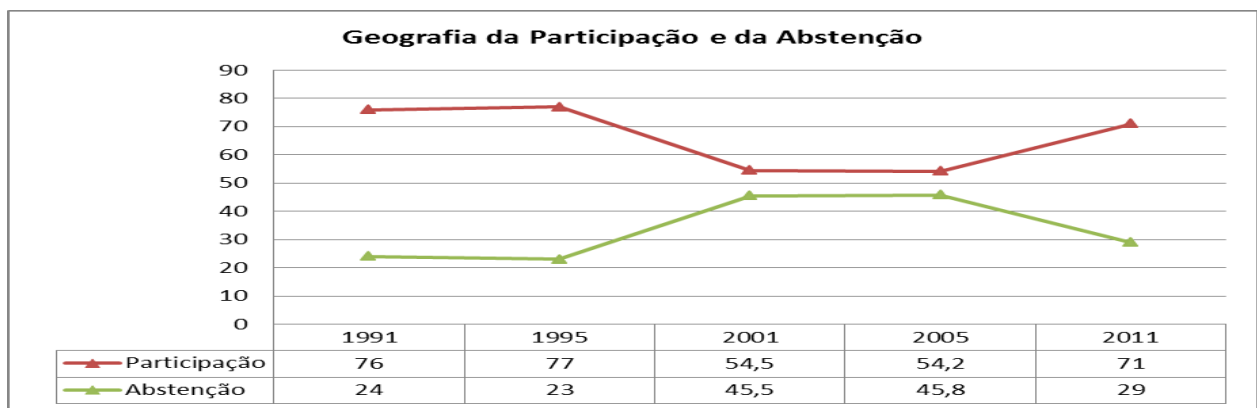
Nos pleitos eleitorais de 1991, o processo de participação foi calorosa e intensa, devido à novidade da abertura política que possibilitou a realização de eleições livres e multipartidárias que motivou os cidadãos eleitores a participar entusiasticamente. Por outro lado, a abstenção registou muito baixo. Nas eleições legislativas de 1995, apesar de alguns descontentamentos e fissuras dentro do partido MPD, a ocorrência às urnas foi ligeiramente maior que na eleição anterior (de 76 para 77%), por outro lado o valor da abstenção baixaram (de 24 para 23%). Nas eleições de 2001, registou-se uma mudança na Geografia da participação e da abstenção.

A abstenção quase duplicou (de 23 para 45,5%), enquanto que a participação diminuiu significativamente (de 77 para 54,5%). O pleito de 2005 repetiu os resultados ocorridos em 2001. Finalmente

em 2011, a situação volta a alterar-se, a participação aumenta para valores de 71%, acompanhada pela redução substancial dos valores da abstenção (29%).

Tabela nº 1- Índice de regionalização

| Índice/Partidos | MPD | PAICV | UCID | PSD | PTS |
|--------------------------------|-----|-------|------|------|------|
| Nacionalização/ Regionalização | 0,1 | 0,08 | 0,98 | 0,76 | 0,80 |

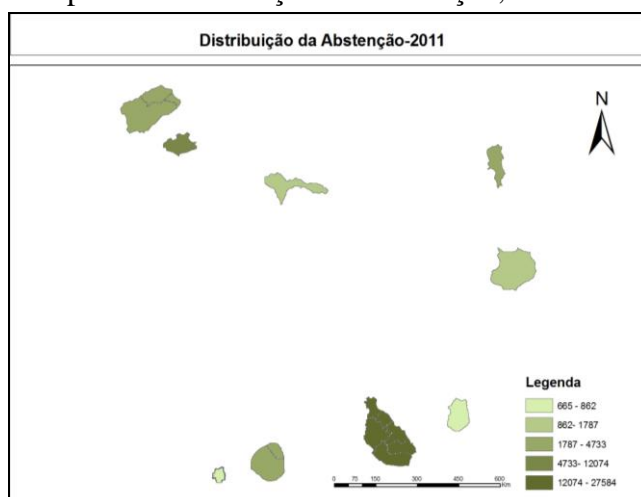


Fonte: B.O, n. 3, suplemento, 25/01/1991, n. 52, I, 27/12/1995, n. 2, Suplemento, 22/01/2001

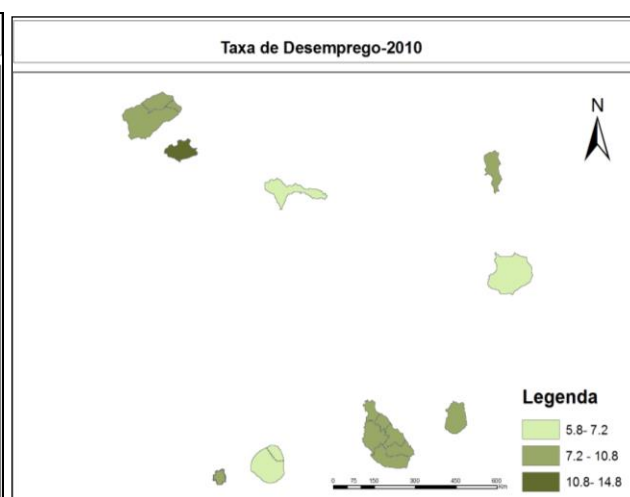
Cruzando os valores da taxa de Desemprego com os valores da abstenção, conclui-se que existe uma relação directa entre os valores da distribuição da abstenção registada em 2011 com a taxa de desemprego (cf. Mapa nº-6 e 7).

Podemos deduzir que os elevados valores da abstenção registada, devem-se ao nosso ver ao descontamento dos cidadãos eleitores com a alta taxa de desemprego e expectativa pouco animada em relação ao mercado de trabalho.

Mapa nº6-Distribuição de Abstenção, 2011



Mapa nº7-Distribuição de Desemprego, 2011



Fonte: Censo, 2010-INE

Intersectando os valores da taxa da alfabetização com os valores da abstenção, conclui-se que não existe uma relação directa entre os valores da distribuição da abstenção registada em 2011 com a taxa de alfabetização (cf. Mapa nº-8 e 9). Podemos inferir que os elevados valores da abstenção registada, devem-se ao nosso ver com a consciencialização de uma parte significativa dos cidadãos eleitores com um certo nível de instrução que permitiu-lhes assim mostrar o seu descontentamento aos programas e políticas públicas dos partidos que tem sido governo.

CONCLUSÃO

Mudanças no uso e na gestão do território se impõe, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que nos ofereça com o respeito à cultura e com busca da liberdade. (Santos, 2000). Por

outro lado, fica manifesta que, nas cinco eleições, correspondente as cinco legislaturas do período democrático, o MPD e o PAICV, conseguiram uma esmagadora maioria dos votos. Contudo, explorando o modo de participação e abstenção dos eleitores, podemos concluir que a porção de insatisfeitos com os partidos tendem a crescer. Tal insatisfação somente obterá um efeito motor quando, reunida a outras insatisfações, desemboca em algo concreto, como a formulação de uma ideia, a elaboração de uma proposta, a difusão de uma crítica (Santos, 2000).

Nesse processo de continuidade e mudança, as instituições tendem a consolidar-se, todavia, a cidadania deve ser reforçada, porventura, num futuro não muito distante, participar no processo de escolha de representantes. Um dos desafios da cidadania incompleta nos próximos

tempos tem a ver entre outras, com a questão da lista fechada. A principal desvantagem da lista fechada é a impossibilidade de os eleitores influenciarem na escolha de representantes (Rae, 1967 apud Costa, 2003). Assim, os partidos políticos não estão imunes aos grandes desafios, nomeadamente: a) o de exercerem plenamente as suas funções; b) do desenvolvimento de uma cultura de diálogo e negociação política; c) do aprofundamento da democracia interna; d) do aproveitamento da centralidade das instituições representativas nacionais e locais para se fazer política efectiva, tanto nacional como local, colocando na agenda as questões de desenvolvimento e de democratização (Lima, 2007:25). Quanto aos níveis de implantação dos pequenos partidos políticos em 2011, fica evidente, apesar do dinamismo, não tem contrariado a bipolarização, vigente desde 1991, com a realização das eleições multipartidárias.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, C. (2002): *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de Definição da Identidade Nacional* (Porto Alegre, Brasil): UFRGS/IFCH. Praia (Cabo Verde): INPC.
- BARROS, O. F. (2010): *Eleições Majoritárias no Paraná, Londrina*.
- CÓDIGO ELEITORAL (2010). Direção Geral de Apoio ao Processo Eleitoral. Ministério da Administrações Interna DGAP.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE (2010): Praia, Assembleia Nacional.
- COSTA, D. (2003): “Sistema Eleitoral e Sistema Partidário Cabo-verdiano (1991-2001) Com um olhar sobre o mundo”, Praia, *Direito e Cidadania*, nº16 e 17.
- COSTA, M. (1992): *Geografia Política e Geopolítica*, São Paulo, Edusp/Hucitec.
- ESRI. ArcView GIS, 3.2 (2000) a: software do tipo Geographic Information System. Environmental Systems Research Institute.
- GONÇALVES, P. (2001): *Da Geografia às Geo-grafias: Um Mundo Em Busca de Novas Territorialidades*, Guadalajara, México.
- ILÍDIO A. (2001): “Cabo Verde. Permanências e Rupturas”, Publicado em *Africana*, Porto, Universidade Portucalense, nº 6.
- LIMA, A. (2007): “A Constituição de um Estado de Direito”, Praia, *Direito e Cidadania*, VII, Número Especial, nº16 e 17.
- ONÉSIMO S. (1998): “Cabo Verde: Do Partido Estado ao Partido Governo”, *Direito e Cidadania*, Praia, I, Março/Junho Nº 3.
- SANTON, M. (1986): *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*, SP, Ed. UCITEC.
- SANTOS, M. (2000): *O Espaço do Cidadão*. São Paulo, 5ª Edição, Estúdio Nobel.
- SAUGO, F. (2007): *Geografia do Voto e Conexão Eleitoral no Rio Grande do Sul. 1994-2006*, Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFRGS.
- SOUZA, A. (2002): *Território, Lugar e Poder: A expressão territorial do voto no*

Ceará. Sobral/Campinas: Edições
UVA/Territorial.

TERRON, L. (2009): A Composição de
Territórios Eleitorais no Brasil: Uma
Análise das Votações de Lula (1989-
2006), Rio de Janeiro, II/2.

TOLEDO R. “O lugar e as eleições: A
expressão territorial do voto no Brasil”.
Geo Textos, vol. 3, Nº 1 e 2, pp. 171-
183.